

O regime legal da qualificação dos profissionais das carreiras médicas, encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, o qual foi objecto de revogação no âmbito da reforma das carreiras dos trabalhadores da Administração Pública, em particular no âmbito da aprovação dos regimes das carreiras especiais.

Aquele diploma aliava a matéria da qualificação médica às condições para o exercício da profissão no Serviço Nacional de Saúde. Contudo, e em rigor, as duas realidades são distintas, pelo que, concomitantemente com a aprovação do regime legal da carreira especial médica, em diploma próprio, se opta por estabelecer autonomamente o regime legal da qualificação médica.

Efectivamente, a prestação de cuidados de saúde desenvolve-se tanto no sector público, como nos sectores privado e social, tendo ainda vindo a ser desenvolvido pelo Estado modelos de gestão pública empresarial das unidades de saúde, bem como parcerias público privadas. Este enquadramento envolve profissionais sujeitos ao regime da administração pública e ao regime do Código do Trabalho, pelo que importa criar mecanismos de qualificação objectivos e globais para todo o sistema de saúde.

O presente diploma acompanha ainda o reforço da auto-regulação profissional na saúde, entendida como um processo transparente, que inclui um conjunto de procedimentos tendentes a assegurar o estabelecimento de padrões de qualificação técnica, avaliação e auditoria do desempenho dos profissionais, sendo, nessa medida, peça fundamental de promoção de boas práticas.

O sistema ora desenhado permite que a qualificação profissional obtida, comprovada e verificada, seja uniformemente aceite em todo o território nacional, independentemente da natureza jurídica do estabelecimento ou serviço.

Incidirá este diploma sobre a estrutura graduada da qualificação médica, enquanto habilitação titulada para o exercício da profissão.

A estipulação de quatro graus reflecte um percurso de diferenciação progressiva, com vista ao aprofundamento de competências na área de especialização ou de sub-especialização, bem como a discussão de projectos de investigação, de garantia de qualidade de cuidados de saúde ou de organização e gestão de serviços.

Em todo o caso os concursos de graduação são regulados por portaria do responsável do membro do Governo responsável pela área da saúde, sempre com a indispensável da Ordem dos Médicos

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio.

Foi ouvida a Ordem dos Médicos

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

- 1 - O presente decreto-lei estabelece o regime da qualificação médica, a respectiva forma de aquisição e o seu reconhecimento.
- 2 - O presente diploma aplica-se a todos os inscritos na Ordem dos Médicos.

Artigo 2.º

Natureza da qualificação médica

- 1 - A qualificação médica tem por base a obtenção dos conhecimentos técnicos adquiridos ao longo da formação.
- 2 - A qualificação médica estrutura-se em graus, enquanto títulos de habilitação profissional atribuídos pela Ordem dos Médicos, em função da obtenção de níveis de competência diferenciados com a frequência de estágios de formação profissional e concurso curricular.

3 - O médico exerce a sua actividade com plena responsabilidade profissional e autonomia técnico-científica.

Artigo 3.º

Graus

A qualificação médica compreende os seguintes graus:

- a) Médico;
- b) Médico Especialista;
- c) Médico Especialista Graduado;
- d) Médico Especialista Principal

Artigo 4.º

Aquisição dos graus

- 1 - O grau de médico adquire-se com a habilitação legalmente exigida para a inscrição na Ordem dos Médicos.
- 2 - O grau de médico especialista adquire-se com a obtenção do título de especialista, mediante conclusão com aproveitamento do Internato da Especialidade.
- 3 - O grau de médico especialista graduado adquire-se após habilitação efectuada por concurso que tenha por base, cumulativamente:
 - a) Avaliação curricular;
 - b) Prova de verificação de aprofundamento de competências na área de especialização ou de sub-especialização;
 - c) Duração de 10 anos de exercício efectivo com o grau de médico especialista
- 4 - O grau de médico especialista principal adquire-se após habilitação efectuada por concurso que tenha por base, cumulativamente:
 - a) Avaliação curricular;;

b) Discussão de projecto de investigação, de garantia de qualidade de cuidados de saúde ou de organização e gestão de serviços;

c) Duração de 5 anos de exercício efectivo com o grau de especialista graduado.

5 - Os concursos previstos nos números anteriores são regulados por portaria do membro do Governo responsável pela área da saúde, ouvida a Ordem dos Médicos.

6 - Os programas de formação dos concursos previstos no número anterior são aprovados por portaria do membro do Governo responsável pela área da saúde, ouvida a Ordem dos Médicos, sujeitos a revisão quinquenal.

7 - Os programas devem ser expressos quanto aos objectivos a atingir, conteúdos e actividades, duração total e parcelar dos períodos de formação, momentos e métodos de avaliação.

Artigo 5.º

Reconhecimento

Os graus atribuídos ao abrigo do presente decreto-lei são automaticamente reconhecidos para a elegibilidade necessária aos concursos de recrutamento e mudança de categoria previstos no regime especial aplicável à carreira médica no Serviço Nacional de Saúde.

Artigo 6.º

Utilização do grau

No exercício e publicitação da sua actividade profissional, desenvolvida no Serviço Nacional de Saúde ou nos sectores privado ou social, o médico deve sempre fazer referência ao grau detido.

Artigo 7.º

Norma transitórias

1 - Os médicos que detenham o título de especialista concedido pela Ordem dos Médicos são equiparados, para efeitos do presente decreto-lei, a médicos especialistas.

- 2 - Os médicos com o grau de generalista, obtido nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, de especialista, obtido nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, e de especialista em saúde pública, obtido nos termos do artigo 37.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, são equiparados, para efeitos do presente decreto-lei, a médicos especialistas.
- 3 - Os médicos com o grau de consultor, obtido nos termos dos artigos 22.º, 29.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 73/90, de 6 de Março, são equiparados, para efeitos do presente decreto-lei, a especialista graduado.

Artigo 8.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 203/2004 de 18 de Agosto

- 1 – O artigo 23º do Decreto-Lei n.º 203/2004 de 18 de Agosto passa a ter a seguinte redacção:

“ Artigo 23.º

[...]

- 1 - A aprovação final no internato médico confere o grau de médico especialista na correspondente área profissional.

2- [...]

3- (*Revogado*)

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de

O Primeiro-Ministro

O Ministro de Estado e das Finanças

A Ministra da Saúde

O Ministro da Ciência da Tecnologia e do Ensino Superior